e-ISSN: 2177-8183

CAMINHOS PARA A PROFISSIONALIDADE: A FORMAÇÃO DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO POLICIAL CIVIL DE MINAS GERAIS

PATHWAYS TO PROFESSIONALISM: TEACHER TRAINING IN CIVIL POLICE EDUCATION IN MINAS GERAIS

CAMINOS HACIA LA PROFESIONALIDAD: LA FORMACIÓN DE DOCENTES EN LA EDUCACIÓN POLICIAL CIVIL DE MINAS GERAIS

Renato José Dias Pereira
renatojdpereira@gmail.com
Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (PPGE/UFOP)

Renata de Oliveira Timóteo
renataoliveiratimoteotorres@gmail.com
Especialista em Segurança Pública pela Unimontes/MG e Criminologia pela ACADEPOL/PCMG

Elton Basílio de Souza
eltonmg@gmail.com
Doutorando em Educação Tecnológica pelo CEFET/MG

RESUMO

O artigo analisa a formação docente na educação policial civil mineira, a partir do conceito de profissionalidade docente e dos princípios da Matriz Curricular Nacional (MCN) para a segurança pública. Fundamentado em autores como Libâneo (1994), Pimenta (2018), Tardif (2013) e Freire (1991; 2019), o estudo adota abordagem bibliográfica e documental, examinando especialmente os instrumentos institucionais da Academia da Polícia Civil de Minas Gerais (Acadepol) — como o PDI e o PPI — e o edital de credenciamento docente de 2022. A análise evidencia a ausência de diretrizes pedagógicas consolidadas e a predominância de práticas de ensino centradas na experiência empírica e jurídica, em detrimento de competências pedagógicas e epistemológicas. Conclui-se que a consolidação de um perfil técnico-pedagógico claro e de programas permanentes de formação continuada são condições essencias para o fortalecimento da identidade profissional dos docentes e para o aprimoramento da qualidade da educação policial. Sugere-se, por fim, o aprofundamento de estudos sobre as trajetórias formativas e profissionais dos instrutores da Acadepol, a fim de subsidiar políticas institucionais de qualificação docente e de fortalecimento das práticas educativas no âmbito da segurança pública.

e-ISSN: 2177-8183

Palavras-chave: Profissionalidade docente. Educação policial. Formação de professores. Polícia Civil de Minas Gerais.

ABSTRACT

The article analyzes teacher education within the civil police training system of Minas Gerais, based on the concept of teacher professionality and the principles of the National Curricular Matrix (MCN) for public security. Grounded in authors such as Libâneo (1994), Pimenta (2018), Tardif (2013), and Freire (1991; 2019), the study adopts a bibliographic and documentary approach, examining key institutional instruments of the Civil Police Academy of Minas Gerais (Acadepol) — including its Institutional Development Plan (PDI), Institutional Pedagogical Project (PPI), and the 2022 teacher credentialing notice. The analysis reveals the absence of consolidated pedagogical guidelines and the predominance of teaching practices rooted in empirical and legal experience rather than in pedagogical and epistemological competencies. It concludes that establishing a clear technical-pedagogical profile and implementing permanent continuing education programs are essential to strengthen teachers' professional identity and improve the quality of police education. Finally, the article suggests further research on the academic and professional trajectories of Acadepol instructors, as a means to support institutional policies for teacher qualification and to enhance educational practices in the field of public security.

Keywords: Teacher professionality. Police education. Teacher training. Civil Police of Minas Gerais.

RESUMEN

El artículo analiza la formación docente en el ámbito de la educación policial civil de Minas Gerais, a partir del concepto de profesionalidad docente y de los principios de la Matriz Curricular Nacional (MCN) para la seguridad pública. Fundamentado en autores como Libâneo (1994), Pimenta (2018), Tardif (2013) y Freire (1991; 2019), el estudio adopta un enfoque bibliográfico y documental, examinando los principales instrumentos institucionales de la Academia de Policía Civil de Minas Gerais (Acadepol) — como el Plan de Desarrollo Institucional (PDI), el Proyecto Pedagógico Institucional (PPI) y el aviso de acreditación docente de 2022. El análisis evidencia la ausencia de directrices pedagógicas consolidadas y la predominancia de prácticas de enseñanza centradas en la experiencia empírica y jurídica, en detrimento de las competencias pedagógicas y epistemológicas. Se concluye que la consolidación de un perfil técnico-pedagógico claro y la implantación de programas permanentes de formación continua son condiciones esenciales para fortalecer la identidad profesional de los docentes y mejorar la calidad de la educación policial. Finalmente, se sugiere profundizar en la investigación sobre las trayectorias académicas y profesionales de los instructores de la Acadepol, con el fin de sustentar políticas

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

institucionales de cualificación docente y fortalecer las prácticas educativas en el ámbito de la seguridad pública.

Palabras clave: Profesionalidad docente. Educación policial. Formación de profesores. Policía Civil de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

Em Minas Gerais, a competência para promover os cursos de formação inicial e continuada para policiais civis e servidores administrativos recai sobre a Academia da Polícia Civil – Acadepol.

A missão da Acadepol é capacitar os servidores para conduzir investigações criminais de maneira eficaz, contribuindo para a redução da criminalidade, além de fornecer serviços de qualidade nas áreas de polícia judiciária, identificação civil e criminal; e promoção da pacificação social. Dessa forma, a instituição de ensino busca proporcionar o conhecimento e a prática necessários para que um indivíduo recém-ingressado na Polícia Civil de Minas Gerais se torne apto para desempenhar as atividades técnicas correspondentes.

Poncioni (2005) destaca a importância de que a formação profissional ministrada nas academias de polícia e escolas de formação de profissionais de segurança pública considere a construção da identidade profissional do policial como uma etapa de grande significado para sua carreira. Conforme salientado por Poncioni (2005), essa importância não se limita apenas à aquisição formal das técnicas e competências inerentes à profissão policial, mas se estende também à incorporação de valores e crenças relacionados à profissão. Esses elementos são fundamentados em uma base de cultura compartilhada sobre o que significa ser policial (Poncioni, 2005, p. 588- 589).

Destaca-se que devido à ausência de fundamentos pedagógicos solidificados sobre um perfil docente nos documentos institucionais da Acadepol, a saber – Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), este trabalho buscou ancorar-se metodologicamente na abordagem da pesquisa

bibliográfica e documental disponíveis em outras fontes científicas de pesquisa.

Assim, faz-se necessária uma análise dos processos formativos à luz dos princípios didáticos pedagógicos da Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais na área de segurança pública. Ademais, cabe uma reflexão sobre a figura do docente policial e seu perfil técnico-pedagógico, considerando que ser um "bom professor" implica realizar um trabalho docente eficaz e comprometido com a aprendizagem voltada para o exercício da cidadania. Por fim, pretende-se trazer uma análise reflexiva sobre questões relacionadas à otimização das práticas educacionais e à contribuição dos conhecimentos pedagógicos que podem contribuir para a prática docente quando aplicados de maneira contextualizada aos desafios e à realidade policial.

Sendo assim, busca-se identificar os principais aspectos que compõem a figura do docente policial e seu perfil técnico-pedagógico; investigar os desafios associados à carreira docente na Polícia Civil de Minas Gerais e analisar como os conhecimentos pedagógicos podem contribuir para a prática docente.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo geral analisar o processo de formação docente na Academia da Polícia Civil de Minas Gerais (Acadepol), à luz do conceito de profissionalidade docente e dos princípios pedagógicos da Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública (MCN), buscando compreender de que modo a ausência de diretrizes pedagógicas explícitas nos documentos institucionais influencia a consolidação da identidade profissional dos instrutores.

Especificamente, propõe-se identificar os fundamentos teóricos e normativos que orientam a formação docente na educação policial civil, examinar a presença — ou ausência — de referenciais técnico-pedagógicos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Acadepol e ainda, analisar, com base no edital de credenciamento docente de 2022, as práticas e critérios de seleção de instrutores, observando sua relação com as competências pedagógicas e epistemológicas requeridas para o exercício da docência policial e

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

propor caminhos para o fortalecimento da profissionalidade e para a implementação de políticas institucionais de formação continuada voltadas ao corpo docente, de modo a aprimorar a qualidade da educação policial e o desempenho institucional da Polícia Civil de Minas Gerais.

O ENSINO POLICIAL A PARTIR DOS CONCEITOS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Ao abordar as antigas práticas do ensino policial, Miranda (2008, p. 2) esclarece que as atitudes trabalhadas pelos docentes resultavam em uma postura desconfiada e hostil por parte dos alunos policiais em relação à população. Isso contribuía para a representação da sociedade como um local "ruim" e gerava a expectativa de que a população estaria pronta para agir contra os policiais e por isso estes deveriam combater firmemente os indivíduos daquela população que não coadunassem com os ideais e princípios incutidos firmemente nos discentes, durante a formação profissional.

No que diz respeito aos docentes das Academias de Polícia nos diversos estados federados, o mesmo autor justifica que prevalecem profissionais do gênero masculino, com formação em Direito, os quais rotineiramente promovem a substituição do ensino jurídico e técnico pelo relato de suas próprias experiências profissionais, muitas vezes permeadas por um discurso carregado de violência simbólica.

No discurso de Bretas e Ponciani (1999, p. 83), essa realidade é ressaltada quando ele afirma que "para muitos dos delegados-professores e policiais nos distritos, a influência da academia na formação é considerada pequena, uma vez que a prática é excessivamente valorizada" (BRETAS; PONCIONI, 1999, p. 83).

Importante registrar que esses ensinamentos da “prática excessivamente valorizada” da atividade policial costumeiramente narram heróicos eventos ocorridos em delegacias especializadas da Capital, cuja reprodução dificilmente se dará nas delegacias de interior, para onde a maioria desses policiais inicialmene irá, com

estruturas físicas, logísticas e de pessoal compostas pelo mínimo aplicável ou muitas vezes, nem isso.

Nesse contexto, difunde-se a ideia de que a chamada "Academia da rua" proporcionaria ao recém-ingresso policial, um conhecimento empírico do trabalho de combate à criminalidade, com certo desprestígio aos saberes formativos relacionados à segurança pública cidadã e, por conseguinte, afetando a qualidade do serviço público prestado pelo policial à sociedade. Portanto, é crucial para o docente policial possuir a habilidade de identificar, analisar e interpretar os indicadores das concepções e representações de seus alunos. Além disso, é fundamental que o docente saiba desenvolver instrumentos simples para detectar esses indicadores, bem como saiba categorizar de maneira didática as respostas e interpretações apresentadas.

Ariza e Toscano (2001, p. 64) elencam, dentre outras, a competência para saber relacionar significativamente a disciplina em que o professor atua com os problemas sociais e culturais relevantes para concebê-la como atividade que pode obedecer aos interesses diversos e que, portanto, requer um controle democrático; essa é a práxis do Professor em Cursos de Formação Técnico-Profissional.

O Policial Civil necessita de uma formação que privilegie formas de garantir seu acesso às oportunidades e que lhe propicie uma aprendizagem pautada nos eixos articuladores, nas áreas temáticas, nas capacidades gerais e nas competências específicas que estão descritas na Matriz Curricular Nacional.

Ser “bom professor” significa realizar um trabalho docente eficaz e comprometido com a aprendizagem para o exercício da cidadania. Isso pressupõe, portanto, a realização de um trabalho fundamentado em uma abordagem educacional crítica que propicie aos alunos a aquisição dos conteúdos necessários à construção dos instrumentos a serem utilizados para garantir a prática dos direitos fundamentais do cidadão. Alguns requisitos necessários ao bom desempenho profissional do professor são citados por Libâneo (1994). São eles:

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

> Conhecimento da prática de vida dos alunos em termos de sua experiência social concreta (ambiente social e físico, relações familiares, práticas de criação de filhos, características socioculturais, conhecimentos e experiências disponíveis, motivações, expectativas de futuro, etc.); - conhecimento dos processos psicológicos envolvidos na aprendizagem tais como: processos cognitivos, afetividade, aspectos de forma de transmissão da matéria, etc.; - domínio dos conteúdos das matérias e metodologias de transmissão/assimilação; - seleção de conteúdos representativos do saber cultural e científico em termos de valor formativo, significância e utilidade para intervenção na prática social; - conhecimento de dinâmica de grupo e formas de comunicação para ajudar no manejo de classes numerosas; - domínio de instrumentos lógico-metodológicos que permitam enfrentar desafios decorrentes da articulação prática pedagógica/prática social (métodos de análises da realidade concreta) e que garantam ao professor a compreensão das relações entre a escola e o contexto sociopolítico e uma visão de conjunto de todas as relações e implicações (sociais, econômicas, psicológicas, organizacionais, etc.) de sua prática cotidiana (LIBÂNEO, 1994, p.141).

Nesse contexto, Pimenta (2018, p. 45) argumenta que a condição de ‘ser um bom professor’ não representa uma conquista estática, mas uma identidade em constante desenvolvimento. Dessa maneira, o conceito de 'bom professor' é polissêmico, adquirindo significados singulares e múltiplos, conforme os contextos, os momentos histórico-sociais e pessoais, os valores e as finalidades atribuídas à Educação pela sociedade, pelos professores e pelos alunos.

A construção do conceito de 'bom professor' pelo aluno é uma tarefa própria, porém essa construção está enraizada em um contexto histórico-social. Mesmo que de maneira difusa ou pouco consciente, nesse processo estão refletidos os papéis que a sociedade atribui ao 'bom professor'.

Teoricamente, o processo de ensino é um conjunto de atividades do professor e dos alunos. A eficácia desse processo depende, todavia, do trabalho sistematizado e planejado do professor. Nesse aspecto, o planejamento das atividades educativas deve conjugar objetivos, conteúdos e métodos. De acordo com Libâneo (1994):

> A unidade objetivo-conteúdo-método constitui a linha fundamental de compreensão do processo didático: os objetivos, explicitando propósitos pedagógicos intencionais e planejados de instrução e educação dos alunos, para participação na vida social; os conteúdos, constituindo a base informativa concreta para alcançar os objetivos e determinar os métodos; os métodos, formando a totalidade dos passos, formas didáticas e meios

e-ISSN: 2177-8183

> organizativos do ensino que viabilizam a assimilação dos conteúdos e, assim, o atingimento dos objetivos (LIBÂNEO, 1994, p.154).

Quanto aos conteúdos, eles englobam conhecimentos, habilidades e atitudes, sendo essencial incorporar a vivência do aluno ao aprendizado. Deve-se incluir elementos que tornem os conteúdos mais significativos, facilitando assim sua assimilação. Essa abordagem de ensino, presente na Matriz Curricular Nacional (MCN), tem sua base na Teoria das Múltiplas Inteligências de Gardner (1995), que destaca o profissional em formação como um ser pensante, dotado de diversas inteligências e de uma bagagem de experiências acumuladas, passível de ser aproveitada por meio da interação com o grupo.

Partindo desse entendimento, a sala de aula deveria ser o ambiente propício para analisar e transformar abertamente essas experiências, mediante a cooperação entre alunos e professores. O conhecimento deve estar subordinado à experiência real, evidenciando a situação problemática que deve ser apresentada ao aluno, com o propósito de estimulá-lo a pensar e agir de forma individual na resolução do problema. O resultado desse processo é a aprendizagem integral.

Assim, é no processo dialético entre teoria e prática, presente na didática escolar, que podemos identificar as contradições e mediações que permeiam a prática pedagógica, pois o professor não atua de maneira arbitrária, mas sim por meio de intervenções políticas e pedagógicas no processo de formação, no qual ele antecipa e conscientemente planeja suas ações pedagógicas. Nessa perspectiva, o trabalho do professor é uma construção contínua, sendo moldado e remodelado no mesmo espaço de tempo pela interação entre teoria e prática. Na expressão de Rays (2006, p. 41), essa é uma das razões que caracterizam a prática pedagógica como um movimento dialético:

> Uma das razões que caracterizam a prática pedagógica como um movimento dialético de dois polos contraditórios: de um lado, um movimento que procura informar e fazer com que os educandos apreendam criticamente o saber sistematizado pelos currículos escolares; de outro lado, um dinamismo que busca confrontar o saber sistematizado em suas conexões com a realidade concreta (RAYS, 2006, p.41).

e-ISSN: 2177-8183

A integração entre teoria e prática é uma ação intencional que se manifesta criticamente no processo pedagógico. Isso implica organizar e produzir conscientemente os elementos socioculturais essenciais para a formação do aluno. Surge, assim, a necessidade de uma prática pedagógica crítica, com o propósito de facilitar atividades práticas que, ao final, resultem na assimilação crítica do conhecimento científico e da realidade objetiva.

Conforme aponta Libâneo (1994), o cerne do trabalho docente reside na conciliação dialética entre a atividade do aluno, voltada à aquisição de conhecimentos, e o objeto de conhecimento transmitido pela mediação do professor. O ponto de partida para o ensino reside na junção dessas interpretações: o que os alunos sabem e o que o professor sabe, criando um contexto para a compreensão do assunto. A partir desse quadro abstrato, inicia-se a análise dos elementos que os constituem, dando lugar à reflexão.

O conhecimento do professor é uma forma de saber social em constante reconstrução, compreendendo um conhecimento específico para conduzir o processo educativo das novas gerações. Esses saberes devem integrar-se à experiência individual e coletiva. Os professores revitalizam tais saberes no contexto de ensino, junto aos alunos, mobilizando outros conhecimentos que foram incorporados, modificados e adaptados ao longo de sua trajetória pessoal e profissional. A partir dessa perspectiva, podemos aplicar o conceito de saberes à área policial, especialmente no que diz respeito à investigação de polícia judiciária (TARDIF, 2013, p. 207-208).

Indiscutível, portanto, é a importância de compreender bem as condições concretas em que o professor realiza sua prática. A ação prática não é determinante, mas sim determinada, e epistemologicamente deriva da teoria que fundamenta a atividade docente.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

O CONCEITO DE PROFISSIONALIDADE DOCENTE

A formação policial moderna demanda um conjunto diversificado de competências que vão além das habilidades e práticas tradicionais. No contexto atual, em que as forças policiais enfrentam desafios complexos e variados, é crucial que os profissionais sejam preparados não apenas para responder a incidentes, mas também para atuar de maneira preventiva e comunitária. A educação multicultural é fundamental para preparar policiais a trabalharem em uma sociedade pluralista e para promover a equidade e a justiça social.

Para além do treinamento técnico tradicional, a formação policial moderna deve incluir o desenvolvimento de um conjunto diversificado de competências que permitam aos policiais atuarem de maneira ética, eficaz e sensível diante das necessidades da comunidade. Essas competências incluem não apenas habilidades técnicas e operacionais, mas também conhecimentos legais, habilidades de comunicação, resolução de conflitos, sensibilidade à diversidade, inteligência emocional, pensamento crítico, capacidade de trabalho em equipe e liderança, engajamento comunitário e aprendizagem contínua (PEREIRA, 2013, p. 38-45).

Pereira (2013, p. 120-123) defende ainda que a transição do paradigma repressivo para o paradigma preventivo e educativo na formação policial demanda uma mudança significativa na profissionalidade docente. Essa transformação requer que os educadores desenvolvam e integrem uma série de competências específicas que suportem esse novo enfoque.

A profissionalidade é um conceito complexo e multifacetado que tem sido amplamente discutido na literatura acadêmica. O termo abrange um conjunto de competências, conhecimentos, atitudes e comportamentos que caracterizam o exercício profissional de uma determinada ocupação. No campo da educação e da formação de profissionais, a profissionalidade é vista como um indicador da qualidade e eficácia do desempenho profissional (TORQUATRO; TEIXEIRA, 2021).

O desenvolvimento da profissionalidade é um processo contínuo que requer engajamento em aprendizagem e desenvolvimento profissional ao longo da carreira.

CC BY

As características da profissionalidade como competência técnica, comportamento ético, reflexão crítica, autonomia e compromisso com a profissão são fundamentais para garantir a qualidade e a eficácia da prática profissional.

Além disso, é imprescindível que os educadores estejam cientes das realidades e desafios enfrentados pelas forças policiais contemporâneas, incluindo questões de segurança pública, diversidade cultural e direitos humanos. Essa compreensão permitirá que eles adotem abordagens pedagógicas mais adequadas e sensíveis às necessidades e expectativas da comunidade. Ao incorporar essas realidades em suas práticas, os educadores poderão formar policiais mais bem preparados para atuar em contextos diversos, com uma abordagem que priorize o diálogo e a parceria com a comunidade.

Por fim, a formação continuada dos educadores é igualmente vital para garantir a qualidade da educação policial. Programas de desenvolvimento profissional que incentivem a troca de experiências, a atualização de conhecimentos e a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas são essenciais para que os educadores permaneçam engajados e motivados. Investir na formação dos educadores é, portanto, um passo decisivo para assegurar que a formação policial evolua em consonância com as demandas da sociedade e os princípios de justiça e equidade.

O papel do docente na educação policial à luz dos conceitos da Matriz Curricular Nacional

Cumpre esclarecer, inicialmente, que a Matriz Curricular Nacional (MCN) emprega explicitamente os termos “professor” e “professores” em seu texto normativo, registrando 19 ocorrências do termo no singular e 9 no plural, o que revela a opção institucional pelo vocábulo docente e não pelo termo instrutor, frequentemente utilizado em contextos de formação militar. Essa escolha terminológica indica que no campo da formação em segurança pública, a MCN reconhece o papel pedagógico e reflexivo do professor como mediador do processo

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

de ensino-aprendizagem, em oposição à lógica meramente técnica ou operacional que marca a instrução tradicional. Tal compreensão reforça a abordagem deste artigo, que discute a necessidade de consolidação da profissionalidade docente como fundamento da educação policial contemporânea.

A formação policial constitui um componente essencial para a efetividade das forças de segurança pública, como é amplamente reconhecido. Nesse contexto, a Matriz Curricular Nacional (MCN) emerge como um instrumento normativo que deve orientar a construção dos currículos nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização dos profissionais de segurança pública.

A MCN é resultado de um esforço do Ministério da Justiça e Segurança Pública em padronizar e qualificar a formação docente em todo o território nacional, apresentando estratégias pedagógicas recomendadas para a formação de profissionais aptos a atuarem de maneira ética, técnica e eficaz.

A MCN orienta que a abordagem curricular para a formação policial deverá ser pautada no paradigma da complexidade e na

> "(...) necessidade de reflexões e discussões sobre o "currículo oculto" presente nos rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, nos modos de organizar o espaço e o tempo da escola, e que conformam saberes não desejados no cotidiano escolar" (MCN, 2014, p. 17).

Importante entender que o desenvolvimento de competências, com ênfase nas questões técnicas, cognitivas, emocionais e éticas necessárias para o exercício da função é ponto relevante na formação policial, e, portanto, imperativo na formação do docente, com ênfase na necessidade de integração entre teoria e prática, as quais devem preparar os policiais para o enfrentamento de situações reais com base em princípios éticos e legais.

> Os processos de desenvolvimento das ações didático-pedagógicas devem possibilitar a reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultem das práticas dos indivíduos, das instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias dos saberes dos profissionais da área de segurança pública,

e-ISSN: 2177-8183

> concretamente envolvidos nas experiências que vivenciam no cotidiano da profissão (MCN, 2014, p. 39).

Outro ponto destacado pela MCN é a incorporação dos direitos humanos como eixo central da formação policial, buscando formar profissionais que atuem com respeito à dignidade humana e aos princípios democráticos.

> É válido ressaltar que os diversos itinerários formativos a serem elaborados com base no referencial da Matriz devem contemplar os direitos humanos, a partir das abordagens interdisciplinar e transversal. Ou seja, os temas relacionados aos direitos humanos, principalmente os vinculados à diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem e de geração, devem perpassar todas as disciplinas, trazendo à tona valores humanos e questões que estabelecem uma relação dialógica entre os campos de conhecimentos trabalhados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública (MCN, 2014, p. 39).

Observa-se que o docente na educação policial assume papel crucial, tendo em vista ser o responsável por mediar o processo de aprendizagem e facilitar a aquisição de competências que vão além do conhecimento técnico e teórico.

> A contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade proporcionam o questionamento da realidade e a ação dos policiais e dos bombeiros em formação sobre ela. No processo de ensino, esse questionamento/ação se dá pela aplicação de técnicas que possam criar condições para que o aluno seja capaz de utilizar os conhecimentos e o foco das várias disciplinas na compreensão e solução de problemas (MCN, 2014, p. 60).

O docente da formação policial deve ser capaz de adaptar os conteúdos programáticos às necessidades do contexto social, promovendo uma educação que seja ao mesmo tempo crítica e pragmática.

> É preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue (FREIRE, 2006, p. 45).

As competências do docente na educação policial podem ser categorizadas em três dimensões principais: técnica, pedagógica e ética. A competência técnica

CC BY

refere-se ao domínio dos conteúdos específicos da área de segurança pública, incluindo conhecimento sobre legislação, procedimentos operacionais, uso progressivo da força, mediação de conflitos, entre outros. Conforme sugere Tardif (2002), a competência técnica é essencial para que o docente instrua os futuros policiais de forma eficaz, capacitando-os para enfrentar a diversidade de situações que encontrarão em sua prática profissional.

Não obstante, a competência técnica importa enfatizar a competência pedagógica desses docentes, a qual muitas vezes é negligenciada. Essa competência pedagógica relaciona-se à capacidade de planejar, executar e avaliar processos de ensino-aprendizagem.

Segundo Freire (2019, p. 80–95), a formação docente deve incorporar práticas pedagógicas dialógicas que favoreçam a utilização do conhecimento interdisciplinar como forma de mediação crítica entre teoria e prática, pois “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz de gerar um ato de conhecimento” (FREIRE, 2019, p. 91).

A educação, portanto, deve ser um processo dialógico, fundado na relação entre sujeitos e na problematização do mundo como ato de conhecimento (FREIRE, 2019, p. 89–94; 2013, p. 48).

> É importante ressaltar que, para a efetivação do currículo para uma abordagem por competência, mudanças na metodologia de ensino são decisivas e pressupõem o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para a reflexão e discussão, pelos docentes e discentes, na efetivação de uma práxis pedagógica mais humana (MCN, 2014, p. 59-60).

No tocante à competência ética, implica o docente ter a responsabilidade de promover valores como o respeito aos direitos humanos, à cidadania e à legalidade. Um dos grandes desafios da docência na formação policial é, portanto, conseguir integrar efetivamente a teoria e a prática, garantindo que os conhecimentos adquiridos em sala de aula sejam aplicáveis no cotidiano dos policiais.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

Outros obstáculos que precisam ser superados para garantir a eficácia do processo formativo são: a resistência à mudança, a diversidade de perfis e a dificuldade de integração teoria-prática. Muitos profissionais que ingressam nos cursos de formação policial têm uma visão mítica da atuação policial centrada no uso da força e na repressão. O desafio do docente é desconstruir essa visão e promover uma abordagem baseada em direitos humanos e na resolução pacífica de conflitos.

Um ponto relevante que deve ser observado pelo docente quanto ao planejamento de ensino é a heterogeneidade dos alunos, uma vez que as diferentes formações, experiências e expectativas exigem que o docente seja flexível e capaz de personalizar o ensino de acordo com as necessidades individuais e coletivas dos estudantes.

Corroboram esses preceitos as diretrizes da MCN ao enunciar que

> Atualmente, a ética contempla a condição de vida do homem no mundo e dos seus limites e possibilidades. Num mundo de intensas transformações culturais, é preciso compreender que a diversidade humana tem provocado modificações nas relações sociais. Por este motivo é necessário buscar recursos em outras áreas do conhecimento com vistas à análise do comportamento humano. É desta forma que se pretende trabalhar com o profissional de segurança pública, fazendo com que ele também se reconheça como ator fundamental no processo de construção de uma sociedade mais justa e íntegra, já que o sentimento de pertencimento social é intrínseco à cidadania (MCN, 2014, p. 310).

Por fim, é importante destacar que, de acordo com a MCN, o docente na educação policial desempenha um papel fundamental na formação dos profissionais de segurança pública. A Matriz Curricular Nacional oferece diretrizes importantes para essa formação, mas a sua efetiva implantação depende da atuação qualificada e comprometida dos docentes. Superar os desafios inerentes à educação policial exige uma constante atualização e reflexão crítica por parte dos educadores, bem como o desenvolvimento de competências que lhes permitam formar policiais capazes de atuar de maneira ética, eficaz e em consonância com os princípios democráticos. Assim,

e-ISSN: 2177-8183

> A desconstrução/reconstrução do conhecimento deve se dar pelo desenvolvimento da capacidade para análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes situações vivenciadas na realidade e da reflexão sobre a ação. A contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade proporcionam o questionamento da realidade e a ação dos policiais e dos bombeiros em formação sobre ela. No processo de ensino, esse questionamento/ação se dá pela aplicação de técnicas que possam criar condições para que o aluno seja capaz de utilizar os conhecimentos e o foco das várias disciplinas na compreensão e solução de problemas (MCN, 2014, p. 60).

Pois, afinal, conforme defende Freire (1991):

> Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmo. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (FREIRE, 1991, p. 126).

Desse modo, a formação crítica e reflexiva dos profissionais de segurança pública exige um processo educacional que promova a capacidade de análise, síntese e criação, a partir da vivência e reflexão sobre a realidade. Essa abordagem é reforçada pela integração da contextualização, interdisciplinaridade e transversalidade, que incentivam o questionamento da realidade e a atuação propositiva dos aprendizes. Segundo Freire (2019), a formação docente deve incorporar práticas pedagógicas dialógicas que favoreçam a utilização do conhecimento interdisciplinar. No campo de formação de policiais, a aplicação de técnicas pedagógicas para a resolução de problemas é ponto central. Assim, a educação, embora limitada em sua capacidade de transformar o mundo por si só, desempenha um papel fundamental ao se alinhar com os sonhos e as aspirações dos educadores e educandos, potencializando mudanças.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

Compreendendo a identidade profissional dos docentes na Acadepol: desafios do credenciamento e implicações para pesquisas futuras

A identidade profissional dos docentes na ACADEPOL é um tema de grande relevância, especialmente em um contexto em que a formação e a qualificação dos professores policiais se tornam fundamentais para a eficácia da educação policial. O processo de credenciamento, que visa selecionar profissionais qualificados para integrar o corpo docente, impõe desafios significativos que merecem uma análise aprofundada. Esses desafios incluem a diversidade de formações e experiências dos candidatos, além da necessidade de alinhar as competências pedagógicas às demandas institucionais da formação policial.

Nesse sentido, analisando o último edital publicado pela Acadepol para o credenciamento de servidores, visando à composição do corpo docente dos cursos de formação técnico-profissional, Aviso nº 226/DRS/ACADEPOL/PCMG/2022, verifica-se que a seleção é destinada exclusivamente a servidores da PCMG em efetivo exercício e que já tenham concluído o estágio probatório. O processo de credenciamento tem como objetivo suprir as necessidades educacionais da Acadepol, que busca capacitar, treinar e especializar policiais civis.

As inscrições, feitas através da intranet da PCMG, permitiam aos candidatos escolher até dois conteúdos relacionados à sua formação ou experiência profissional. A avaliação ocorreu em fase única e eliminatória, na qual os participantes deveriam entregar um plano de aula e gravar uma vídeo-aula de até 10 minutos. A banca examinadora, formada por docentes da Acadepol, avaliava os materiais com uma pontuação máxima de 100 pontos, sendo exigido um mínimo de 70 pontos para aprovação. Os critérios de avaliação incluíam clareza na apresentação do conteúdo, domínio técnico-pedagógico, criatividade e adequação didática, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Instituição.

Os resultados do processo de credenciamento são divulgados no boletim interno da PCMG, com acesso restrito aos servidores em atividade, o que garante um fluxo controlado de informações. Após a publicação dos resultados, os

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

candidatos têm o prazo de até dois dias úteis para interpor recursos, permitindo que eventuais inconformidades sejam avaliadas. No entanto, é importante ressaltar que a participação no credenciamento não assegura a convocação imediata para a docência.

A administração da Acadepol mantém a prerrogativa de selecionar os docentes que efetivamente ministrarão os cursos, com base em critérios que podem incluir a necessidade de formação específica, a experiência prévia e a adequação ao perfil desejado para cada disciplina.

Outro aspecto a se considerar, diz respeito às lacunas significativas observadas no edital de credenciamento para docentes, principalmente quanto à definição dos objetivos gerais e específicos das disciplinas. Embora ofereça uma lista de conteúdos/disciplinas, conforme Quadro 1, não há uma descrição clara das finalidades ou metas específicas a serem alcançadas em cada área. A responsabilidade pela elaboração desses objetivos é transferida aos candidatos, que devem formulá-los e apresentá-los durante a exposição de seus planos de aula à banca. Essa falta de orientação compromete a uniformidade pedagógica, já que os docentes ficam sem uma diretriz clara que possa alinhar as práticas de ensino e os resultados esperados para os cursos oferecidos.

Quadro 1 – Conteúdos previstos no edital de credenciamento docente da Acadepol/PCMG (Aviso nº 226/DRS/ACADEPOL/PCMG/2022), com ementas e conteúdos programáticos propostos para as disciplinas dos cursos de formação técnico-profissional da Polícia Civil de Minas Gerais.

EMENTA	CONTEÚDOS
Cultura e conhecimento jurídico	Tóxico e Entorpecentes; Busca e Apreensão; Estatuto da Criança e do Adolescente; Direito do Consumidor; Noções de Direito; Violência de Gênero; Crimes Cibernéticos; Lavagem de Dinheiro; Noções de Direito Processual Penal.
Violência, crimes e controle social	Direitos Humanos; Polícia Judiciária Investigativa; Ciência e Justiça; Criminologia aplicada ao trabalho policial; Análise psicossociológica da violência e da criminalidade; Mediação de Conflitos e

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

	Resolução de Problemas; Polícia Comunitária; Cultura Institucional.
Ética, integridade e combate à corrupção	Ética, integridade e combate à corrupção
Trânsito	Trânsito
Regime disciplinar	Regime disciplinar
Linguagem e comunicação	Linguagem, Comunicação Social e Produção de Documentos Técnicos
Saúde do trabalhador e valorização profissional	Noções de psicologia; Saúde e segurança aplicada ao trabalho policial civil; Relações humanas; Cidadania e Saúde do Trabalhador; Policial Civil: Direitos, deveres e garantias.
Inteligência policial	Sistemas Informatizados; Noções básicas de inteligência e segurança pública; Uso de novas tecnologias; Interceptação telefônica; Telecomunicação; Laudos periciais eletrônicos.
Identificação cível e criminal	Identificação cível e criminal
Gestão pública e financeira	Gestão pública e financeira
Gestão policial	Gestão policial
Teoria e prática de inquérito policial	Teoria e prática de IP
Teoria e prática cartorária	Teoria e prática cartorária
Perícia criminal	Perícia criminal
Medicina legal	Medicina legal

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Aviso nº 226/DRS/ACADEPOL/PCMG/2022.

Embora o edital mencione a necessidade de apresentação de um plano de aula, o que sinaliza uma preocupação com a prática didática, ele carece de uma discussão mais aprofundada sobre os métodos de ensino recomendados e as práticas pedagógicas inovadoras que poderiam ser adotadas. A referência à didática é limitada à avaliação do plano de aula e da vídeo-aula, sem fornecer diretrizes claras ou uma abordagem sistemática que orientem o uso de metodologias ativas ou estratégias pedagógicas mais eficazes. Essa lacuna restringe o potencial de desenvolvimento técnico-pedagógico do corpo docente, deixando de promover uma evolução consistente nas práticas de ensino e no aprimoramento das competências

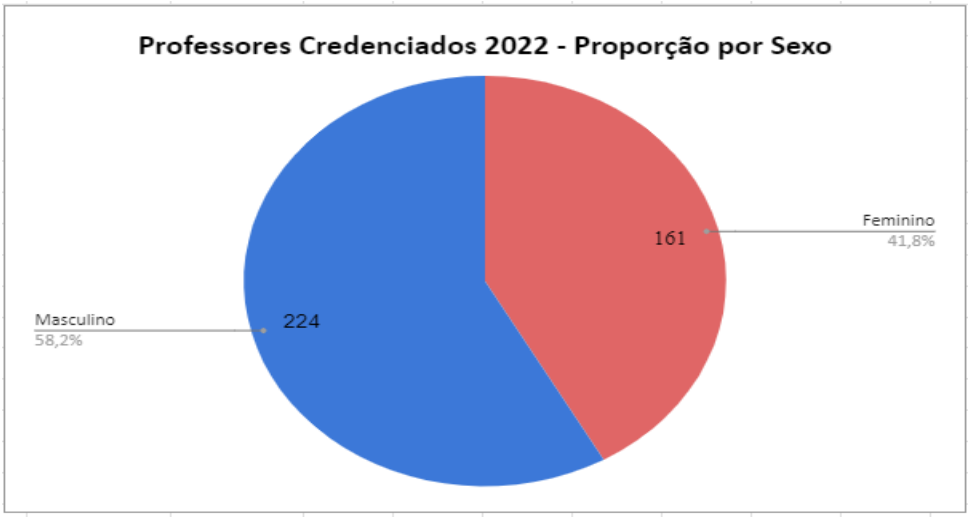
e-ISSN: 2177-8183

educacionais necessárias para um ambiente de aprendizagem dinâmico e atualizado.

Destaca-se que, em razão do tipo de artigo proposto e das limitações temporais desta pesquisa, não foi possível realizar o levantamento de dados sobre a formação profissional e acadêmica dos professores credenciados pela Acadepol. Tal levantamento seria fundamental para a construção de uma análise mais aprofundada da identidade profissional docente nessa instituição de ensino, uma vez que a compreensão do perfil formativo dos docentes pode revelar padrões importantes de qualificação e atuação pedagógica.

Todavia, foi possível inferir, com base no resultado final do credenciamento, o quantitativo de candidatos aprovados bem como sua divisão por sexo. Obteve-se um número total de 385 candidatos/candidatas aprovados no edital analisado. Desse total tem-se um número de 161 candidatas e 224 candidatos, conforme Figura 1.

Figura 1 - Distribuição percentual de docentes credenciados na Acadepol/PCMG (Edital 226/2022), por sexo, conforme resultado final do processo seletivo.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

e-ISSN: 2177-8183

Assim, o processo de credenciamento se configura como uma etapa essencial, mas não suficiente para garantir uma presença efetiva e constante de profissionais qualificados na formação de policiais civis em Minas Gerais. Essa dinâmica levanta questões importantes sobre a continuidade e a sustentabilidade da qualidade educacional oferecida pela instituição, evidenciando a necessidade de um acompanhamento cuidadoso e de estratégias que assegurem a excelência na formação dos docentes.

A análise do perfil dos professores credenciados também poderia fornecer *insights* sobre as trajetórias acadêmicas e profissionais que contribuem para a formação de uma identidade docente robusta, evidenciando a diversidade de formações que esses profissionais trazem para a sala de aula. Isso incluiria não apenas a titulação formal, mas também experiências práticas e conhecimentos específicos que influenciam a qualidade do ensino. Portanto, a coleta de dados sobre essa temática abriria novas perspectivas para futuras pesquisas, permitindo uma análise comparativa com outras instituições de ensino policial e contribuindo para a formulação de estratégias que promovam a melhoria contínua da formação docente na Acadepol.

Em síntese, a análise da identidade profissional dos docentes da Acadepol evidencia que, embora o processo de credenciamento constitua uma etapa relevante para a composição do corpo docente, ele ainda não assegura a consolidação de um perfil técnico-pedagógico uniforme. As lacunas observadas nos instrumentos institucionais e na definição de objetivos formativos indicam a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de seleção, planejamento e acompanhamento pedagógico, de modo a fortalecer a coerência entre as demandas formativas da Polícia Civil de Minas Gerais e as práticas educativas implementadas em sua Academia.

e-ISSN: 2177-8183

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de paradigma, entendido como um referencial teórico e metodológico que orienta a prática educativa é fundamental para a formação e atuação dos docentes na educação policial. Este estudo evidenciou que a profissionalidade docente, compreendida como um processo contínuo de desenvolvimento de competências técnicas, pedagógicas e éticas, é condição necessária para que a educação policial cumpra seu papel social de forma crítica e humanizada.

A análise dos documentos institucionais da Academia da Polícia Civil de Minas Gerais (Acadepol) e do edital de credenciamento docente de 2022 revelou lacunas na explicitação de objetivos pedagógicos e na consolidação de um perfil docente coerente com os princípios da Matriz Curricular Nacional. Essas lacunas limitam a consolidação de uma identidade docente sólida, apta a integrar teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem voltado à cidadania e aos direitos humanos.

Nesse contexto, compreende-se que a consolidação da profissionalidade docente demanda a criação de programas sistemáticos de formação continuada, o fortalecimento dos referenciais técnico-pedagógicos nos documentos institucionais e o desenvolvimento de políticas que valorizem a prática reflexiva e interdisciplinar dos educadores policiais. Sugere-se ainda que futuras pesquisas aprofundem a análise das trajetórias acadêmicas e profissionais dos docentes da Acadepol, com vistas a subsidiar políticas de qualificação permanente e a ampliar a compreensão sobre as dinâmicas formativas que moldam a docência policial em Minas Gerais.

Assim, reafirma-se que a valorização da profissionalidade docente é elemento estratégico para o aprimoramento da educação policial, devendo orientar a construção de currículos e metodologias que privilegiem a integração entre teoria e prática, ética e direitos humanos, assegurando à Polícia Civil de Minas Gerais uma formação compatível com as exigências contemporâneas da segurança pública.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

Referências

ARIZA, Rafael Porlán; TOSCANO, José Matín. **El saber prático de los profesores: aportaciones desde las didactas específicas.** In: MOROSINI, Marília C. (Org.). Professor do Ensino Superior – Identidade, docência e formação. Brasília: Plano Editora, 2001. p. 61-75. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hwmj4HSwnqbyN3f37TLcxsB/?lang=pt . Acesso em 27 set. 2024.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. **A cultura policial e o policial civil carioca.** In: PANDOLFI, Dulce Chaves et ai. (Org.) Cidadania, Justiça e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.149-63.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez; 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas**: A Teoria na Prática.1. Ed. Porto Alegre: Penso, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo. Editora Cortez. 1994.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação.** Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 3, n. 1, p. XX-XX, jul./dez.2008.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti. Da instrução militar ao ensino policial: profissionalidade docente requerida para atuar como formador na Academia Integrada de Defesa Social . Recife, 2013. 133 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Educação , Programa de Pós-graduação em Educação, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12828. Acesso em: 23 jul. 2024.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 8. Ed. São Paulo. Editora Cortez, 2018.

e-ISSN: 2177-8183

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Academia de Polícia Civil. Aviso Nº 226/DRS/ACADEPOL/PCMG/2022. Processo de Credenciamento de Servidores para Composição de Corpo Docente de Cursos na Acadepol.

PONCIONI, Paula. O modelo profissional policial e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005.

RAYS, Oswaldo Alonso. **A relação teoria-prática na didática escolar crítica.** In: VEIGA, Ilma P. Alencastro (Org.). O Ensino e suas Relações. 11. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública.** Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ensino-e-pesquisa/site-novo/matrizcurricularnacional_versaofinal_2014.pdf . Acesso em: 12 ago. 2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p.207.325.

TORQUATO ROCHA, Cláudio César; TEIXEIRA BASTOS, Adriana. Reflexões sobre Professoralidade, Profissionalização, Profissionalidade, Profissionalismo e sua relação com o Desenvolvimento Profissional Docente. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 34, n. 71, p. 923–964, 2021. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v34n71a2020-52536. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/52536. Acesso em: 23 jul. 2024.

Submetido em janeiro 2025

Avaliado em fevereiro 2025

Publicado em abril 2026